



**Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**8ª Reunião Ordinária – Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP
Memória – 19/11/2015, realizada na Sala de Reuniões Ana Paula Galdino, DRCI**

LISTA DE PRESENÇA			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Silva Bortolini Castro	MEC	(61) 2022-9205	cordenacaodh@mec.gov.br
Ana Cristina da Silva B. Fernandes	MDA	(61) 2020-0905	ana.fernandes@mda.gov.br
Bruno Vinícius Batista Arruda	DPU	(61) 3318-0277	bruno.arruda@dpu.gov.br
Danielle de Souza Galdino	CETP	(61) 2025-9868	Danielle.galdino@mj.gov.br
Davi Ulisses Brasil Simões Pires	MJ	(61) 2025-3330	davi.pires@mj.gov.br
Fernanda de Carvalho Papa	SPM/PR	(61) 3313-7380	fernanda.papa@spm.gov.br
Hélida A. Girão	MTPS	(61) 2031-5033	Helida.girao@mte.gov.br
Heloísa Greco Alves	CETP/MJ	(61) 2025-9584	heloisa.alves@mj.gov.br
Lucicleia Souza e Silva Rollemburg	CETP/MJ	(61) 2025-9333	lucicleia.silva@mj.gov.br
Marcos Filipe Jardine Moreira Guerra	MTUR	(61) 2023-7405	marcos.guerra@turismo.gov.br
Milton Figueiredo Coutinho Filho	MRE/DAC	(61) 2030-6824	milton.coutinho@itamaraty.gov.br
Musa Denaise de Sousa Moraes de Melo	MS	(61) 3315-9124	musa.melo@saudade.gov.br
Pedro Fontoura Simões Pires	COCIT/MRE	(61) 2030-8209	pedro.fontoura@itamaraty.gov.br
Priscilla Gonçalves Marques	DRCI/MJ	(61) 2025-9938	priscilla.marques@mj.gov.br
Priscilla Oliveira	SENASA/MJ	(61) 2025-9075	Priscilla.oliveira@mj.gov.br
Stéfane Natália Ribeiro e Silva	MDS	(61) 2030-3198	stefane.silva@mds.gov.br
Verônica Freire Ferreira Lima e Silva	MINC	(61) 2024-2982	veronica.silva@cultura.gov.br
Waldo José Caram Rohlf	PRF	(61) 2025-6659	Waldo.caram@prf.gov.br

PAUTA	
1) Abertura.	O Sr. Davi Pires, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, abriu os trabalhos dando as boas vindas aos participantes do GI. Agradeceu a presença de todos, em especial, dos representantes dos órgãos convidados. Seguiu-se a abertura com uma breve rodada de apresentação.
2) Considerações da Coordenação Tripartite	<p>- O Sr. Davi Pires fez algumas considerações e resgatou a lembrança de que o Grupo Interministerial é coordenado pela Coordenação Tripartite, composta pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e pela Secretaria de Direitos Humanos que, com a reforma ministerial, passaram a compor o novo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Afirmou que ainda não há uma definição clara em relação a nova composição da Coordenação que poderá vir a ser Bipartite e não mais Tripartite, conforme prevê o Decreto. O Conatrap, na última reunião, recomendou a permanência das duas Secretarias Especiais na composição da Coordenação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e, por consequência na coordenação deste Grupo Interministerial. Na oportunidade, enfatizou a importância da transversalidade e da transparência das ações que estão sendo executadas para a Política Nacional e, principalmente, o importante papel do GI para a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas.</p> <p>-A Sra Fernanda Papa, representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, desejou boas vindas aos novos integrantes. Reforçou que independente da reforma interministerial, a participação da SPM e da SDH, representando a característica tripartite da coordenação da política, é de extrema importância, sendo fundamental para o avanço da política até mesmo pela forma transversal com que são tratados os temas no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Frisou a importância dos trabalhos da SPM com a perspectiva de gênero, reconhecendo que todas as ações têm impactos diferentes sobre homens e mulheres. As mulheres que são travestis ou transexuais, que assumem essa identidade de gênero, também são particularmente muito vulneráveis a situação do tráfico. Por fim, agradeceu os esforços da Sra. Lucicleia Rollemburg na preparação deste encontro e na consolidação de todos os relatos que subsidiaram a análise da Coordenação Tripartite, bem como servirão de insumos para a análise deste coletivo. Ao finalizar, justificou a ausência do representante da SDH, mas destacou a importância dessa secretaria na construção e condução dos trabalhos.</p> <p>-A Sra. Lucicleia Rollemburg, Coordenadora Adjunta, deu as boas vindas aos participantes e iniciou sua fala apresentando informes sobre os três encaminhamentos da última reunião. Neste aspecto, informou que após os resultados da avaliação intermediária o Grupo Interministerial definiu que a relatoria e as reuniões do GI passariam de quadrimestrais para semestrais. Diante desta deliberação do colegiado, a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ficou responsável pela alteração da portaria. Para tanto, informou que a deliberação foi submetida à análise da consultoria jurídica deste Ministério que apresentou parecer favorável. Porém, em virtude da recente reforma ministerial,</p>

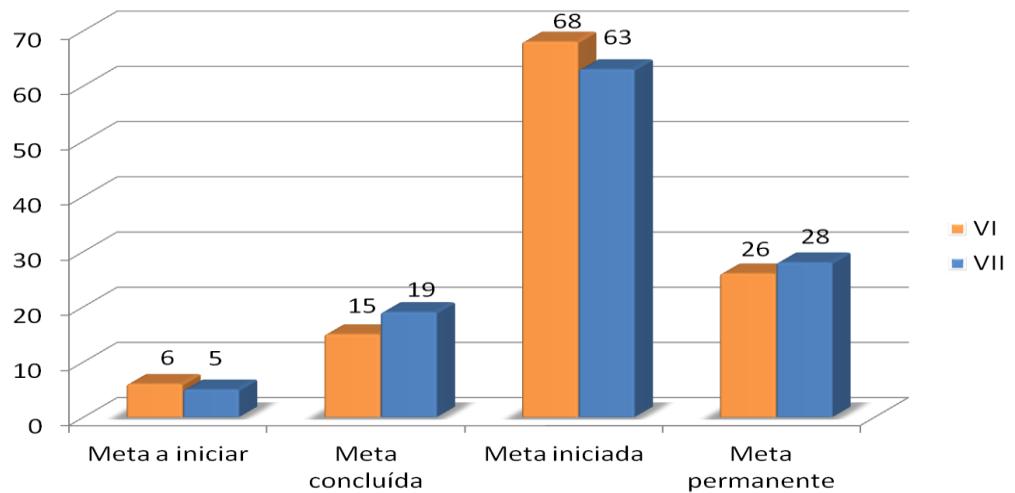
	<p>optaram por aguardar a reestruturação das Secretarias Especiais que passaram a compor o novo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventudee Direitos Humanos, tendo em vista que a retificação da Portaria deverá ser assinada pelo Ministro da Justiça e pela Ministra do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventudee Direitos Humanos. Disse que é provável que também teremos que fazer algumas atualizações no Decreto 7901, de 04 de fevereiro de 2013, que instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de ETP e criou o Conatrap. Na oportunidade, informou que foram realizadas 6 reuniões bilaterais com: DPU, Departamento de Estrangeiros, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, DAC (MRE), MTUR e Ministério da Saúde. Ressaltou que com a ampliação do prazo de relatoria e da reunião ordinária para semestrais, o GI recomendou a realização de reuniões entre co-líderes de metas para avanços em questões pontuais. Informou que as reuniões bilaterais não precisam necessariamente da presença de representantes da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça. Disse que está compartilhando uma tabela com todos os contatos dos representantes de cada órgão e os contatos podem ser feitos diretamente entre os co-líderes das metas. Devendo apenas ser relatados esses contatos e os encaminhamentos tomados. Na última reunião, o grupo foi instado pelo Ministério do Desenvolvimento Social para discutir a execução da meta 2.B.16, que prevê inclusão de um campo que contém vítima de tráfico de pessoas no cadastro único de assistência social. Devido à ausência de consenso no plenário, ficou deliberado que o MDS apresentasse formalmente a nota técnica para que o Grupo de Trabalho, composto na última reunião, avaliasse e apresentasse o resultado ao plenário do GI. Porém, até a presente data, a nota técnica não foi encaminhada ao Ministério da Justiça.</p> <p>- A Sra. Stéfane Natália, representante do MDS, explicou que a nota técnica já deve ser tramitada entre os ministérios.</p>
3) Análise da Coordenação Tripartite (7º relatório de progresso)	<p>- A Sra. Lucicleia Rollemburg apresentou a análise da Coordenação Tripartite feita com base nos relatórios apresentados pelos ministérios até o dia 18/11/2015. Para tanto, informou que foram recebidos quinze relatórios, além dos informes do Ministério Público Federal. Acrescentou que na manhã deste dia recebemos o relatório do MEC e da PRF, que explicaram que em virtude das mudanças de membros houve dificuldade de se coletar informações, porém por terem sido tardios, não foi possível a análise qualitativa pelos membros da Coordenação Tripartite. Assim, para análise que será apresentada a seguir, ficaram faltando a relatoria da PRF, MEC, MINC, Ministério do Planejamento, SENASP, Secretaria de Grandes Eventos..</p>

	Entregaram o VII Relatório	Não Entregaram o VII Relatório
DEEST/SNJ/MJ		DPRF/MJ (04)
DEJUS/SNJ/MJ		MEC (06)
DPF/MJ		MINC (01)
DPU		MPOG (02)
DRCI/SNJ/MJ		SENASA/P/MJ (10)
MD		SESGE/MJ (01)
MDA		
MS		
MRE (COCIT)		
MRE (DAC)		
MDS		
MTE		
MTUR		
SPM		
MPF		
SDH (20)		
16		6

*Fonte: relatórios enviados até dia 18/11/2015

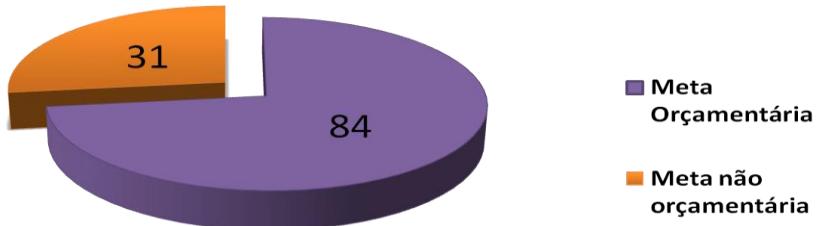
Fazendo um comparativo do último relatório com o relatório atual, eram 6 metas a iniciar até abril, que foi o último relatório. Foi iniciada mais uma, então são apenas 5 metas a serem iniciadas e concluídas em 2016. Foram concluídas 4 metas, passando de 15 para 19 metas nesta categoria. Houve uma mudança das iniciadas, o indicativo de 68 metas agora são 63 iniciadas, porque ocorreu migração das metas, tanto concluídas como metas permanentes. Atualmente, temos o indicativo de 28 metas permanentes, com o acréscimo de mais duas metas neste último relatório.

Análise das 115 Metas VI versus VII Relatórios



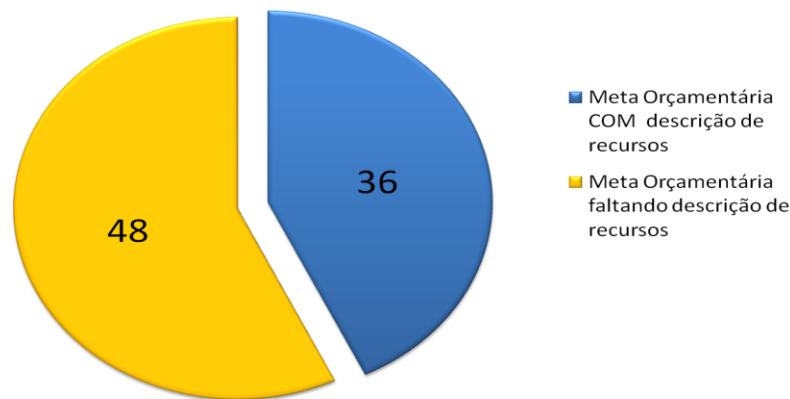
Quanto ao orçamento, 84 são orçamentárias e 31 não orçamentárias.

Status das 115 Metas Orçamentárias versus Não Orçamentárias



- Das 85 metas orçamentárias, apenas 36 estão com informações e indicações da descrição dos recursos que os órgãos estão utilizando na execução das ações. Sendo assim, para as outras 49 metas, não estão sendo apresentados os indicativos orçamentários, o que é uma preocupação, pois essa é uma informação indispensável para, ao final do segundo plano, obter-se o indicativo global dos gastos advindos das execuções das metas.

Status das Descrições de Recursos das 84 Metas Orçamentárias Relatadas



- Segundo a análise, a Coordenadora Adjunta passou a apresentar as considerações, por linha operativa, formuladas pela Coordenação Tripartite:

Linha Operativa 01

A linha operativa 1 trata do aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas, ou seja, ela tem um enfoque voltado para produção de propostas normativas. É uma linha composta por metas não orçamentárias. São da liderança do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho e Previdência Social e Ministério do Planejamento, então foi pedida atenção a esses órgãos. A Coordenação Tripartite pediu atenção aos líderes das metas I.A.3 e I.A.7 que são, respectivamente, DRCI/MJ e MPOG, para que observem a execução destas duas metas, pois as mesmas não demonstraram nenhum avanço em 2015. Só há um ano para a sua conclusão, então foi pedida a atenção ao DRCI e MPOG.

Linha Operativa 02

Linha operativa 2 trata da integração e fortalecimento das políticas públicas, redes de atendimento e organizações para prestação de serviços necessários ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. É composta por oito atividades. É a linha operativa com maior número de metas, ela possui 62 metas que estão na liderança do Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério da Defesa, MRE, MEC, MTPS, MDS, MS, MTUR e DPU. Das 62 metas, 43 são orçamentárias e 19 não orçamentárias. Foi ressaltada a importância da descrição dos recursos nas metas orçamentárias, não só nessas como também em todo o plano, visto que das 43, 25 ainda não têm descrição de recurso, ou seja, cerca de 58%. Foi possível perceber avanço em 74% das 62 metas. Destaque para a integração e fortalecimento de ações entre parceiros governamentais e da sociedade civil para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e para as articulações realizadas por meio dos Núcleos e Postos de

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o fortalecimento da atuação em rede destes equipamentos. Em relação às metas, foi detectada uma estagnação de um grupo de metas, pois não foram enviadas informações durante o ano de 2015, ou seja, durante essas duas últimas relatorias, de abril e de agora, que foram as metas 2.B.2, 2.B.4, 2.C.1, 2.D.3, 2.D.10, 2.E.2, 2.E.4 e 2.F.1. Há outro grupo de metas que também foi avaliado como estagnado, pois há relatoria, aí já é um grupo que relatou, mas a própria relatoria não permitiu avaliar o progresso na execução das ações. Assim, estas relatorias necessitam apresentar maior riqueza de dados e qualificar a informação para demonstrar o real avanço da meta. Foi pedido aos líderes que observem os indicadores, os indicadores de progresso e indicadores de resultado, porque eles dão muito a baliza de qualificação do que vão relatar. Se não for relatado de acordo com o que o indicador está pedindo, não tem como ser feita uma boa avaliação da relatoria. Neste conjunto, encontram-se as metas: 2.C.4, 2.D.6, 2.D.9, 2.D.17, 2.E.7, 2.E.11, 2.E.12, 2.F.5, 2.F.6. Como exemplo de qualificação da relatoria, na meta 2.D.14 é importante que o MDS apresente informações adicionais sobre a etapa de expansão e reordenamento do serviço de acolhimento, relatada em 2014. Na meta 2.D.9, para enriquecer o relato, o MRE, além de indicar o mapeamento das casas abrigos, poderia indicar seu quantitativo e onde acessar esta lista. Novamente foi reforçada a necessidade de diálogo entre os líderes da meta 2.C.1 para melhoria na implementação da meta. Ainda em relação a esta meta, recomenda-se melhoria nos relatos da PF e PRF. A meta 2.C.1 é uma meta do Ministério da Defesa, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Em relação à solicitação feita pelo MDS para dar a meta 2.D.16 como concluída em função de sua impossibilidade de execução, ressalta-se a importância da apresentação formal da Nota Técnica nº 172/2015. Isso aqui já foi tratado no início da reunião. Por fim, outra meta que exige atenção, pois se encontra estagnada, é a 2.E.8 sob a liderança da PF, que indica a criação de Delegacias especializadas de combate aos crimes contra os direitos humanos.

Linha Operativa 03

Linha operativa 3 é uma linha que trata de capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, é composta por 1 atividade e 25 metas, está na liderança do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de direitos Humanos, MEC, Saúde, Assistência Social, Turismo, Planejamento e MRE. Em relação ao orçamento das metas, 23 são orçamentárias e 2 não. Pede-se atenção na descrição do recurso das metas orçamentárias, novamente, esse é um ponto frisado em todas as linhas, uma vez que é de suma importância tê-los descrito. Foi analisado que das 23 metas apenas 7 possuem descrição, ou seja, quase 70% das metas ainda não estão devidamente preenchidas quanto ao seu orçamento. Como não foi recebido o relatório do MEC em tempo não consta na avaliação. Então não recebido do MEC que eram 4 metas, Planejamento que é a 3.A.22, SDH eram 4 metas e SENASP eram 05 metas, e informamos que das 25 metas, 14 metas não foram analisadas por ausência de relatório. A única meta que estava “a iniciar” até o último relatório era a meta 3.A.9

que estipula a realização de “Cinco oficinas regionais de capacitação sobre o trabalho escravo e sua relação com o Tráfico de Pessoas realizada junto às redes regionais e estaduais de ETP”. Esta meta apresentou avanço, passou a ser iniciada, neste segundo semestre de 2015, conforme previsto no último relato, com a realização de duas oficinas uma Oiapoque (Amapá) e Corumbá (Mato Grosso do Sul) que serão realizadas semana que vem. Além desta, foram identificados avanços nos relatos das metas: 3.A.5, 3.A.7, 3.A.12, 3.A.25. E há estagnação nos relatos das metas: 3.A.10, 3.A.13, 3.A.14, 3.A.16, 3.A.18, 3.A.19. Uma recomendação geral que foi feita pela Tripartite aos líderes da 3ª linha operativa para que qualifiquem a relatoria, pois há uma grande preocupação com a qualidade desses relatos. Então foi pedido que os locais dos cursos, das capacitações ou dos eventos sejam informados; se for no âmbito de algum projeto que façam uma breve contextualização do projeto; indiquem o número de pessoas capacitadas, porque esse é um dos indicadores que se tem em boa parte das metas que tratam de capacitação; indicar também o perfil do público capacitado e o principal objetivo da capacitação, ou seja, indicar se a temática do tráfico de pessoas foi inserida no curso e como ela foi inserida no curso. Então é importante essa qualificação dos relatos, para que ao final tenha uma boa avaliação. Foi observado, inclusive nas reuniões bilaterais, que o MJ tem participado, e as vezes tem a informação, mas a informação não está bem qualificada ali no texto, então as vezes se tem uma avaliação ruim, assim como se teve na avaliação intermediária de algumas metas da própria Tripartite, mas por ausência de relato, portanto o relato não está bem qualificado e tem que buscar qualificar a relatoria.

Linha Operativa 04

A linha operativa 4 trata da produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de pessoas. Nela há três atividades, com um total de quinze metas. Nessa linha operativa, a liderança é do Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, Saúde e o MTPS. Têm duas metas permanentes nessa linha operativa, a 4.A.1 e a 4.C.4 que apresentam uma boa relatoria e com avanço em suas execuções. Quanto ao orçamento, todas são orçamentárias e das 15 metas, 6 encontram-se sem descrição de recurso. Nós temos 5 metas concluídas, 6 iniciadas, 2 permanentes e duas estão a iniciar. A meta 4.B.2 demonstra um significativo avanço e aguarda formalidades para ser concluída. Contudo, nesta linha operativa, há duas metas que precisam de especial atenção dos líderes, pois estavam previstas para serem executadas este ano, mas sequer foram iniciadas, que é a meta 4.A.2 da SPM e SDH e 4.A.8 que é da DPF e DEJUS/MJ. No que concerne à meta 4.A.8, a DPF, no VII relatório, trouxe avanços ao relatar a articulação com parceiros para a elaboração de minuta de projeto com a União Européia para realização de pesquisa, conforme previsto na meta. Recomenda-se indicar a expectativa para o início da pesquisa. E incorporação das perspectivas de gênero e raça na investigação sobre a relação entre novas tecnologias de comunicação, redes sociais e tráfico de pessoas. E foi acrescentado que o Departamento de Justiça também está em tratativas com a União Européia, com co-liderança na execução dessa meta. Também identificamos estagnação na

	<p>execução das outras 06 metas que é a 4.A.2; 4.A.4; 4.A.5; 4.A.6; 4.A.7; 4.C.1.</p> <p>Linha Operativa 05</p> <p>A linha operativa 5 tem 1 meta iniciada, 1 concluída, 1 a iniciar e 1 permanente. Todas são orçamentárias, duas estão com descrição de recurso e duas estão sem descrição. A linha operativa revela progresso nas metas 5.A.1 e 5.A.4, que tratam da realização de campanhas nacionais. Destaca-se que, embora a meta 5.A.4 conste como concluída, ela passou a ter características de permanente, pois se renova a cada ano com a reedição da Campanha Coração Azul, durante a semana de mobilização. Há relatos positivos de adesão à campanha nacional de 5 dos 7 órgãos que são líderes da meta. As demais metas, 5.A.2 que tem como líder o MINC e a 5.A.3 da Secretaria Especial de Direitos Humanos, apresentam estagnação na medida em que não se registram relatos de seus líderes. A meta 5.A.3 é da liderança da Secretaria Especial de Direitos Humanos que conta com a colaboração do MTPS, trata-se de uma meta com status “a iniciar” e nunca foi relatada. Pede-se atenção a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que é a líder no caso da meta e sugere-se diálogo entre os pontos focais dos dois órgãos. Acredita-se que o MTPS poderá contribuir com a relatoria dessa meta, pois a meta 5.A.3 que trata de campanha nacional de conscientização e sensibilização para erradicação do trabalho escravo, ela é uma meta que está na liderança única e exclusiva da SDH, com a colaboração do MTPS. Provavelmente o Ministério do Trabalho e Emprego já deve ter feito alguma campanha nesse sentido e acredita-se que havendo diálogo entre eles, poderão tirar a relatoria da estagnação. É um momento de pensar e avaliar. Não tem a presença da representante da SDH na reunião, mas será passado isso para eles, mas então nós pedimos para vocês que se possível facam um levantamento de como vocês podem contribuir com essa relatoria aqui. Então para os novos aqui, a título de esclarecimento, o líder é o responsável pela relatoria, o colaborador ele colabora, ele pode apresentar informação aos líderes ou co-líderes para que eles relatem. Nesse aspecto pedimos auxílio ao MPTS para entrar em contato com o líder da SDH.</p> <p>- Hélida Girão, representante do MTPS, afirmou que não teve contato com a meta 5.A.3 devido ao fato do ministério ser colaborador, mas que tem muita informação para acrescentar a referida meta.</p> <p>-Ao final, a Sra. Lucicleia apresentou três justificativas de ausência. Comunicou que o George não pôde comparecer por estar doente, que o representante do Ministério da Defesa estava viajando e da Sra. Mariana, representante da Casa Civil, que estava com problemas de saúde.</p> <p>4) Rodada de Avaliação do GI sobre os progressos e dificuldades encontradas na</p> <p>- Marcos Filipe, representante do Ministério do Turismo, falou das ações do turismo que envolvem a sensibilização e a distribuição de materiais publicitários no Brasil inteiro em eventos festivos, dando mais visibilidade e grandeza ao tema. Informou que tem um grupo de ação regional das américas que estava praticamente parado desde a mudança de governo em 2011, mas está sendo retomado, e é justamente sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes por turismo, tráfico</p>

implementação do II Plano e saneamento das pendências.	<p>de pessoas e trabalho infantil.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lucicleia suscitou a viabilidade de parceria com o MS nas metas 3.A.13 e 3.A.15 que se referem à capacitação e pediu atenção ao solicitado pelos indicares de progresso e resultado para uma melhor qualificação da relatoria das referidas metas. - Milton Filho (MRE/DAC) explanou sobre a meta 2.D.9 que é relativa a uma relação de abrigos e associações que trabalham com atendimento de vítimas de tráfico de pessoas e lembrou que a lista não consta no relatório, devido à avaliação de que a publicidade desses locais pode comprometer a segurança das vítimas. Com relação à meta 2.D.2, houve uma queda dos gastos de 2014 para 2015, mas essa diminuição não significa que menos pessoas tenham sido repatriadas, o que acontece é que, em razão de todos os cortes orçamentários, optaram por dar instruções aos postos no exterior que buscassem caminhos alternativos. Há várias associações no exterior que trabalham com o retorno dos cidadãos em seus países. Então, muitos brasileiros se beneficiaram do trabalho das associações. É necessário dizer que nos casos que não houvesse essa possibilidade o MRE sempre custeou o retorno da pessoa. Acrescentou que devido a um destaque orçamentário feito pela SPM, o Ministério das Relações Exteriores está implementando uma série de divulgações do 180 em 15 países mais a Guiana Francesa. - Priscilla Gonçalves, DRCI, fez uma observação sobre a meta 3.A.10, pois estão tendo dificuldade de implementá-la, tendo em vista o público alvo dos cursos promovidos pela ENCCLLA, mas que as ementas estão em elaboração no momento para os cursos de 2016, mas que cabe interesse realmente dos órgãos parceiros o público alvo desses cursos. Então, o que está tendo dificuldade é sobre o público alvo e não a nossa logística. - Lucicleia sugeriu não fazer um curso específico para ENCCLLA, mas fazer um módulo sobre o tema. E fez um pedido para que todos os membros do GI fizessem um mapeamento dos cursos que vão desenvolver em 2016. - Fernanda Papa da SPM explanou que, devido a campanha coração azul, o mês de agosto tem mais procura pelo 180 e casos que não são de violência contra a mulher, homens ligam também. Devido a campanha ser “Disque 100, ligue 180”, o 180 também ficou viável aos homens. Informou que quase 100% do país tem a possibilidade de procurar o 180. Concluiu que a meta 4.A.2 ainda não foi iniciada em função da redução orçamentária, que impossibilitou o recurso para produzir o edital de pesquisa. - Hélida Girão, do MTPS, afirmou que em relação à meta 2.H.4 conseguiu a permissão para que os defensores públicos tirem visto permanente. E demonstrou preocupação em relação à meta 2.D.15 devido ao atendimento de 100% das vítimas advir de um número muito baixo. - Waldo Caram da PRF, sobre a meta 2.C.1, reiterou que o trabalho hoje da polícia é descentralizado e a partir disso surge a dificuldade de apresentar dados mais
---	--

qualitativos. Evidenciou a dificuldade de apresentar o orçamento. Sobre as metas 2.G.4 e 2.G.5, afirmou que a fiscalização da certidão liberatória é inócuas.

- A representante do DRCI complementou falando que não existe lei para a certidão liberatória. Ela foi criada por uma constituição normativa do Ministério da Justiça, logo não tem contrapartida punitiva ou sancionatória.

- A representante do Minc, Verônica, relatou, sobre a meta 5.A.2, a dificuldade de trabalhar com edital, ainda mais com número de editais. Demonstrou preocupação no que diz respeito à definição de metas e construção de indicadores ao colocar que a meta foi 100% alcançada, sem saber quanto equivale realmente essa porcentagem.

- A representante do MDS fez o informe sobre o método de coleta de dados que o MDS realiza e que a mudança vai captar especialmente na meta 2.B.1. Os dados até então eram coletados pelo censo SUAS que era realizado uma vez por ano no mês de referência (agosto). E agora será implementando um sistema mensal de registro de atendimentos, chamado RMA. Destacou a diferença entre número de casos e número de atendimentos. O MTPS sinalizou sobre uma possível participação do MDS na meta 2.D.10. Visto que o sistema único de assistência social poderia também abranger as pessoas na qualidade de vulneráveis.

- Alexandre Bortolini (MEC) falou sobre a intenção, na meta 2.D.10, da construção de um Pronatec focado na população de transexuais, do conjunto da população LGBT. Há algumas dificuldades com o recurso para iniciar o processo, mas está caminhando. Por questões orçamentárias o ministério não financiou novos cursos, mas mantiveram os cursos que estavam em andamento. Afirma que apesar de estar como líder da meta 2.G.3, os indicadores tanto de progresso como de resultado referem-se, especificadamente, aos outros ministérios. E questionou se faz sentido o MEC reportar sobre esses indicadores. Percebeu que os relatórios anteriores, inclusive o que foram feitos por último, estão pobres diante do que foi pedido de dados, de informação. Então irá retornar para o MEC essa demanda para poder qualificar. Pediu, se possível, um feedback sobre a avaliação dos relatórios do seu órgão.

- Representante do MTE demonstrou interesse em participar da meta 3.A..9, na qual não estão nem como colaboradores.

- Lucicleia explanou que o DEJUS tem 36 metas e dessas há duas que ainda estão a iniciar. Uma é a meta 2.A.4 que trata do encontro nacional da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas realizado, essa meta está com a previsão de ser executada em março de 2017. Pretende-se, neste Encontro Nacional de Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, fazer a devolutiva da avaliação final da execução do II PNETP e da metodologia de construção do III PNETP. A outra meta a iniciar é a 4.A.8, em co-liderança com o DPF, trata da investigação ou análise sobre a relação entre as novas tecnologias de comunicação, as redes sociais virtuais e o tráfico de pessoas desenvolvido e disseminado. O DEJUS e o DPF

	estão avaliando a viabilidade de assinatura de acordos de cooperação técnica com organismos internacionais para a realização da referida pesquisa. Sobre a meta 2.D.6, há um conflito muito grande ao analisar a execução, os indicadores de execução dessa meta. Há necessidade de entender como o DEJUS pode colaborar, pois a governança da execução dessa meta está voltada para o MDS. Compartilhou informações sobre o resultado da Semana de Mobilização e sobre o andamento do projeto de lei que está sob apreciação do relator da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Acrescentou que partir de 2016, a CETP voltará a divulgar informativo mensal sobre as ações, os seminários, os acordos de cooperação firmados e etc.
5) Encaminhamentos finais	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Prazo limite para o envio de sugestões: 27/11/2015. ❖ Prazo limite para o envio e ajustes do relatório: 27/11/2015 ❖ Próximas reuniões: 19/05/2016 e 20/10/2016. ❖ Relatorias: 01/04/2016 e 12/09/2016